



As Reformas no Brasil: Do Capitalismo Dependente à “Nova Dependência” do Capital Globalizado

Marlúcia Araújo Tolentino¹

Resumo:

No desenvolvimento deste trabalho procurou-se focar, primeiramente, as teorias dependentistas dos autores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, tentando estabelecer as trajetórias, nexos e divergências existentes entre ambos. Outrossim, buscou-se, em um segundo momento, inserir o pensamento social de outros autores e correlacionar fatores econômicos, políticos e institucionais que promoveram e ou derivaram da “Nova Dependência”, que culminaram nas transformações e reformas implementadas no Estado brasileiro nas últimas duas décadas do século XX e início do século XXI, e que caracterizam o capitalismo globalizado da atualidade. Concluindo, no decorrer deste estudo observou-se que a teoria do “desenvolvimento dependente-associado” preconizada por Cardoso e Faletto (2004) foi colocada em prática pelo próprio Cardoso (ou simplesmente FHC) no período de 1995-2002, enquanto presidente do Brasil, e, hoje, diante das pressões inerentes à globalização dos mercados, é um desafio para o governo atual a promoção e preservação de certa autonomia para o Estado nacional brasileiro.

Palavras-chaves: Desenvolvimento brasileiro, Capitalismo dependente, Nova Dependência, Reformas do Estado, Globalização.

¹ Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS-UNIMONTES.

Introdução

A temática do desenvolvimento capitalista dependente na América Latina tem sido amplamente discutida por diversos autores, sendo que os fatores, causas, conseqüências e modelos teóricos do subdesenvolvimento têm sido explicados e apresentados em diferentes perspectivas, epistemologias e ideologias, influenciando sobremaneira a formação do pensamento social brasileiro.

Questão crucial tem se revelado quando se trata de conceituar desenvolvimento e subdesenvolvimento, visto a necessidade de estabelecimento de parâmetros para análises comparativas de ordem não só social, mas, também econômica, política e cultural das sociedades contextualizadas historicamente, considerando que esses aspectos são indissociáveis.

Assim é que, a partir das análises do desenvolvimento capitalista em países centrais e periféricos, Florestan Fernandes - ícone na interpretação sociológica brasileira - desenvolve o estudo do “Capitalismo Dependente” na terceira parte do seu livro “Revolução Burguesa no Brasil” que, embora publicado em 1974, começou a ser escrito em 1966. No mesmo período, e ainda numa interpretação sociológica do desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso – “ligado vagamente, pela força das coisas, à tradição *neomarxista*”² – e o sociólogo chileno Enzo Faletto iniciam livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” e o publicam pela primeira vez em 1969. Essa obra, segundo Cardoso (2004), foi escrita em espanhol e “surfou nas ondas do sucesso acadêmico”. Foi traduzida para diversas línguas, teve mais de trinta edições e ainda permanece sendo editada. Referindo-se a essa obra, esse autor escreveu:

(...) ousou dizer, ele inova. Inova, e digo isso o tendo relido quarenta anos depois de sua escrita, porque quebra o simplismo de considerar todas as situações de dependência iguais e submetidas mecanicamente à “lógica do capital” e porque, ao descrever o que chamamos de “a nova dependência, fez uma das primeiras caracterizações do que se designa hoje “globalização”. (Cardoso e Faletto 2004: 10)

No desenvolvimento deste trabalho procurar-se-á focar, primeiramente, as teorias dependendistas dos autores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto,

² Declaração contida na obra de Cardoso & Faletto, 2004:10.
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
Ano 2, Volume 5, Dezembro 2008

tentando estabelecer as trajetórias, nexos e divergências existentes entre ambos. Outrossim, buscar-se-á, em um segundo momento, inserir o pensamento de outros autores e correlacionar fatores sociais, econômicos, políticos e institucionais que promoveram e ou derivaram da “Nova Dependência”, culminando nas transformações e reformas implementadas no Estado brasileiro nas últimas duas décadas do século XX e início do século XXI, e que caracterizam o capitalismo globalizado da atualidade.

Capitalismo dependente em Florestan Fernandes

Fernandes (1987) conceitua o desenvolvimento capitalista como “Revolução Burguesa” significando um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam no ápice da evolução do capitalismo industrial”. Nas nações periféricas, o capitalismo desenvolve-se em “condições heterônomas” em relação às classes dominantes, compatíveis com a “dominação imperialista externa”. Para esse autor,

(...) dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica.(Fernandes,1987: 223).

A evolução interna do capitalismo no Brasil, segundo Fernandes (1987:222-223), divide-se em três fases que têm significações diferentes: na primeira pode-se denominar o período da transição neocolonial como “mercado capitalista especificamente moderno” que vigorou da abertura dos portos até meados do século XIX, quando da ocorrência da crise do sistema de produção escravista; na segunda fase verificou-se a expansão do capitalismo competitivo que, expressando a consolidação da economia urbano-comercial e a primeira transição industrial, desenvolveu-se aproximadamente entre a sexta década do século XIX até meados da década de 1950 do século XX; finalmente, na terceira fase que esse autor denomina de “irrupção do capitalismo monopolista”, observa-se o surgimento das grandes corporações estrangeiras, estatais ou mistas significando reorganização do mercado e do sistema de produção, evidenciando-se no fim da década de 1950 e adquirindo caráter estrutural a partir de Revolução de 1964.

Fernandes (1987) afirma que estas fases não tiveram características semelhantes ao desenvolvimento capitalista nos países centrais. Em todas as fases o capitalismo desenvolveu-se dentro das características típicas de nações periféricas dependentes. Seja no modo de produção escravista ou de trabalho livre, não promoveu a ruptura da dependência em relação aos centros hegemônicos da dominação imperialista; tampouco aconteceu a eliminação das formas de produção pré-capitalistas, troca e circulação, além de não se efetivar a desconcentração social e regional da riqueza; esta última representando condição necessária para a superação da condição de subdesenvolvimento característico da “satelitização imperialista da economia”. Assim, “a Revolução Burguesa aconteceu gradativamente, e muito da tradição permanece na modernidade”.³

Florestan Fernandes considerava que o Estado atuou como instrumento de classe e no desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia fatores de retardamento motivado pela existência do regime escravocrata e atraso do sistema socioeconômico ocasionado pelas deficiências na educação, industrialização e desenvolvimento tecnológico, atendendo aos interesses das classes e grupos sociais dominantes internas e, notadamente, aos interesses externos em cada fase da Revolução Burguesa Brasileira.⁴

A Teoria da “Nova Dependência”

O conceito de dependência desenvolvido pela maioria dos autores da “escola dependentista”- como se vê em Fernandes (1987) – implicava subordinação e manutenção da condição de atraso, ou seja, os países subdesenvolvidos estavam a mercê dos países centrais, presos em um círculo vicioso vinculado à lógica do capital, do qual não poderiam se desvencilhar. Isto é, permaneceriam na periferia girando em torno de um centro economicamente desenvolvido.

Nesse sentido, em Cardoso e Falleto (2004: 8), lê-se que no tocante ao desenvolvimento econômico, havia duas correntes de pensamento que se contrapunham. Uma era a chamada escola estruturalista, formada pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, etc., os quais enfatizavam “o progresso técnico para aumentar a produtividade e a industrialização como meio de escapar da lei de bronze”, isto é, a deterioração dos meios de troca - teoria

³ Aula do Prof. Dr. Otavio Soares Dulci na disciplina Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro. Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros em 05/10/2004

⁴ Idem

desenvolvida por Prebisch e que significava a perda do valor dos produtos primários (agrário e minerais) exportados em relação aos produtos manufaturados importados.

Os teóricos da CEPAL, também defendiam a utilização do Estado como instrumento de planejamento e de promoção da aceleração da acumulação de capitais, bem como instrumento gerador de condições necessárias ao desenvolvimento econômico. “Os estruturalistas cepalinos brasileiros - cujo expoente foi Celso Furtado – preocuparam-se com o equilíbrio interno no Brasil, já nos anos 50 do século XX.”⁵

A outra corrente de pensamento – no dizer de Cardoso e Faletto (2004:8) - “disseminada nas academias e nos movimentos políticos acentuava que as economias subdesenvolvidas só cresceriam se houvesse transformação radical das sociedades e sistemas econômicos”, fosse pela via socialista ou nacionalista que romperiam “a dependência colonial ou de submissão ao imperialismo”.

Essa visão determinista que levava à impossibilidade do desenvolvimento capitalista nos países periféricos, bem como a visão economicista presente nas duas correntes teóricas foram rejeitadas por Cardoso e Faletto (2004), que por serem sociólogos, ressaltaram a necessidade de uma análise integrada do desenvolvimento, somando-se os esforços da interpretação sociológica às análises baseadas nos esquemas econômicos. Enfatizaram, igualmente, a dinâmica da política e a relação interna das classes sociais, salientando as opções ideológicas e as possibilidades de ações e movimentos sociais, conforme se observa no conceito abaixo:

(...) considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade.” (Cardoso e Faletto, 2004:34)

Contrários às teses de inevitabilidade de estagnação econômica devido ao choque de interesses dos imperialistas e países periféricos, esse autores defenderam a possibilidade do desenvolvimento industrial das economias periféricas, utilizando os investimentos industriais externos. Isto significava que as economias subdesenvolvidas, apesar da relação de

⁵ Aula do Prof. Dr. Antonio Dimas Cardoso na disciplina Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro. Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros em 19/10/2004. 226
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
Ano 2, Volume 5, Dezembro 2008

dependência, formariam aliança com o capital externo no sentido de promoverem seu desenvolvimento, ou seja, seriam sócias menores do capital internacional.

Esse processo, no entendimento de Cardoso e Faletto (2004), representava os primórdios do que hoje é chamado de globalização. A internacionalização dos mercados, afirmam Cardoso e Faletto (2004:11), determinava assim, um novo caráter da dependência: “a integração financeira e a dispersão em escala mundial do processo produtivo”.

Embora considerando o caráter assimétrico e desigual do desenvolvimento capitalista nos países periféricos, Cardoso e Faletto (2004) acreditaram ser possível o "desenvolvimento dependente-associado", onde os interesses das burguesias nacionais dos países periféricos e dos grupos dominantes locais são “conciliáveis” com os interesses do capital internacional e com a economia mundial, integrando-se a ela numa relação de “Nova Dependência” do capitalismo globalizado.

Breve retrospecto do desenvolvimento capitalista no Brasil

Em Fernandes (1987), o “mercado capitalista moderno” no Brasil é expresso pela expansão comercial (que se inicia com a abertura dos portos ao comércio exterior em 1810), ainda na era colonial. O comércio externo ligou a economia interna ao mercado mundial, principalmente com a Inglaterra, injetando dinamismo à economia brasileira. Já o comércio interno fomentou a urbanização e a interligação das cidades. Embora de uma forma diferente da produção colonial, o “mercado capitalista moderno” se entrelaça ao sistema de produção escravista caracterizando uma economia neocolonial, que Fernandes (1987) assim define:

O padrão de desenvolvimento neocolonial é profundamente diverso do padrão colonial de desenvolvimento. Pois, por seu intermédio, a cidade sai do marasmo econômico e passa, com vigor crescente a satelitizar tanto o fluxo e o crescimento do comércio interno quanto a produção escravista em geral. (Fernandes, 1987:226).

Porém, quando o sistema escravista entrou em declínio, em meados do séc. XIX ocorre simultaneamente a crise de poder da oligarquia. Houve, então, o desdobramento do setor urbano-comercial por toda a economia, promovendo uma recomposição das estruturas de poder e, embora a oligarquia ainda se mantivesse como classe dominante por determinado tempo, afirmou-se o início do poder e dominação burguesa.

Em Fernandes (1987:206) “a transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 fazem parte da evolução interna do “capitalismo competitivo”, tendo por eixo o esquema de exportação e importação”. Cardoso e Faletto (2004), embora não nomeiem o capitalismo neste período, ratificam o pensamento de Florestan Fernandes sobre as características deste “período de transição” e dizem que:

A cristalização de uma situação social capitalista burguesa surge pela primeira vez de forma evidente dentro do sistema “agro-exportador” quando os cafeicultores de São Paulo começam a substituir a mão-de-obra escrava pela dos imigrantes depois de 1870. A desagregação do sistema escravista e depois a queda do Império (1889) – nesse ínterim forma-se o Partido Republicano - expressam a nova realidade. Do mesmo modo, a adesão aos “fazendeiros” de parte dos chamados grupos da “classe média urbana tradicional” mostra uma perspectiva de formas novas de atuação social e política.(Cardoso e Faletto, 2004:87)

Esses autores afirmam que a formação das economias exportadoras implicou a criação dos setores financeiros e mercantis, bem como propiciou o surgimento dos primórdios de uma economia urbano-industrial.

O contexto social e político do desenvolvimento capitalista nesse período de transição (ou “capitalismo competitivo” para Florestan Fernandes) revela que após a 1ª Guerra Mundial intensificou-se a lenta diferenciação da economia urbana, fomentando o surgimento de protestos de grupos urbanos nas décadas de 20 e 30. A crise de dominação oligárquica aprofundou-se, pois o setor agro-exportador (cafeicultores) foi extremamente afetado pela crise mundial de 1929 e, além disso, havia ocorrências de insurgências urbanas antioligárquicas que culminaram na revolução de 30 (movimento de jovens militares). Esses fatos conduziram o governo Vargas a promover aliança com grupos regionais (pecuaristas do Sul e açucareiros do Nordeste – Aliança Liberal) sem excluir a classe média urbana, significando o isolamento dos antigos grupos hegemônicos das classes dominantes.

Cardoso e Faletto (2004: 90) dizem que a antiga aliança oligárquico-capitalista - que representava os setores exportadores - foi substituída por uma política centralista que favoreceu o surgimento da burguesia industrial e mercantil e a partir destas, surgiu a diferenciação social da “nova classe média” em relação aos operários-populares. Neste aspecto ressaltam - em termos de relações entre grupos e classes sociais - a crescente

participação das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação:

É justamente a “presença das massas”, ao lado da formação dos primeiros e mais consistentes germes de uma economia industrial diferenciada (isto é, não somente de bens de consumo imediato) o fato que vai caracterizar o período inicial do chamado “desenvolvimento para dentro”, que se acentua durante a guerra e se manifesta em sua plenitude durante a década de 1950. (Cardoso e Faletto, 2004: 122)

Entretanto, posteriormente, o governo de Vargas – configurado como “populismo-nacionalista” - superou as divergências conseguindo criar uma base econômica que atendeu a burguesia urbana e classes populares das cidades através de uma aliança desenvolvimentista, porém procurando não afetar a economia dos setores agro-exportadores. Para impulsionar o processo de industrialização, iniciou-se o esquema de substituição de importações de caráter protecionista, em função de acumulação interna pública e privada.

Através dessa política de desenvolvimento de cunho “nacionalista-desenvolvimentista”, visando à sustentação do desenvolvimento do mercado interno, da indústria nacional e do nível de emprego, realizou-se elevados investimentos estatais em infra-estrutura e amplo controle governamental. Esta política nacionalista de instalação de indústrias básicas - aço, energia, transporte e petróleo - adotada por Vargas (1930-1945) - perdurou no governo Dutra (1946-1950) e consolidou-se transformando as estruturas urbanas no segundo governo Vargas (1951-1954). Tal política nacionalista foi combatida pelos Estados Unidos e, após o suicídio de Vargas, adotou-se no Brasil uma política de contenção inflacionária.

Já caracterizando o “capitalismo competitivo” no Brasil entre as duas grandes guerras mundiais (abordando os fatos sociais, econômicos e políticos da época, em consonância com a análise de Cardoso e Faletto), Fernandes (1987:243-244) questiona: a) a dupla articulação entre os setores agrários arcaicos e a modernização do sistema capitalista; b) o processo de substituição de importações utilizado para promover a industrialização e acelerar o desenvolvimento econômico interno; c) a natureza do desenvolvimento capitalista sob a economia competitiva que se montou no Brasil sob a forma de intervencionismo econômico estatal, “que se caracteriza pela saturação de certas funções de sustentação ou de reforço do desenvolvimento capitalista mediante empresas públicas (ou semipúblicas)”. Salientado a importância da dupla articulação no processo do capitalismo competitivo, Fernandes afirma:

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. (...) Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história” (...) que começa e termina no capitalismo dependente competitivo. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais. (Fernandes, 1987: 250)

A fase que Fernandes (1987) identifica como “irrupção do capitalismo monopolista” é denominada por Cardoso e Faletto (2004: 162) de “internacionalização do mercado” e determina o “novo caráter da dependência” das economias periféricas em relação às economias centrais; tanto para as economias periféricas de enclave quanto para as economias periféricas que utilizaram o modelo de desenvolvimento baseado no controle nacional do sistema de produção. Explicitam esses autores, que a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional, sob esse novo modelo, não se limita apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão através de investimentos industriais diretos (IED) feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. Sobre esta nova fase, Fernandes (1987) destaca que:

A nova etapa de incorporação às economias centrais, sob o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, proporcionou à burguesia brasileira a oportunidade de dar um salto gigantesco, que permitia, a um tempo, revitalizar as bases materiais do poder burguês e revolucionar o modo pelo qual ele se equacionava, historicamente, como dominação de classe especificamente burguesa. (Fernandes, 1987: 265)

A transição do “capitalismo dependente” para o “capitalismo monopolista” verificou-se na década de 50, mais especificamente com capitalização de recursos externos e associação do setor industrial ao capital estrangeiro. A partir de 1956, o governo Juscelino Kubitschek retomou a política “populista-desenvolvimentista” de Vargas e, para implementar o seu “Plano de Metas -50 anos em 5”, adotou a política de atração de capitais estrangeiros para financiar a política de desenvolvimento e fortalecer o setor industrial, focalizando os setores: energético, automobilístico, indústrias de base, transporte, alimentação, educação e construção civil (esta última fomentada pela construção de Brasília).

Nessa década o movimento internacional de capitais caracterizou-se por um fluxo – de

curta duração - de transferência de capitais do centro para a periferia. Assim iniciou-se o processo de endividamento público, significando a abertura do mercado interno brasileiro ao controle externo, bem como o novo significado de dependência conforme expressa a interpretação sociológica de Cardoso e Faletto (2004):

Mesmo sem entrar em maiores considerações sobre o tipo de dependência imposto pelo financiamento externo, caracterizado, como é sabido, por um endividamento crescente, principalmente de curto prazo, é possível anotar alguns caracteres que fazem com que nessa situação a dependência – sob o predomínio do capitalismo industrial monopolista – adquira um significado distinto da que caracterizou as anteriores situações fundamentais de subdesenvolvimento. (Cardoso e Faletto, 2004: 163)

Nas décadas de 60 e 70 ocorreu a crise política da aliança populista-desenvolvimentista no Governo Goulart – cujas propostas de reformas sociais, especialmente agrárias, motivaram a sua deposição através do “Golpe Militar de 1964”. Em consequência, foi estabelecido um regime autocrático-corporativo a partir do qual o Estado deixou de ser populista e, de acordo com Cardoso e Faletto (2004: 173), “as Forças Armadas, como corporação tecnoburocrática, passaram a comandar também o Estado”, configurando, conforme Dulci (2004), “o regime empresarial militar”, cujas características principais foram o autoritarismo no planejamento e nas questões trabalhistas; implementação de projetos de mega-empresas e utilização do modelo trotskista de “queima de etapas” com utilização de alta tecnologia em regiões pobres.⁶ Sob a égide do “regime empresarial militar”, registrou-se, em fins da década de 60 e meados da década de 70, a ocorrência de elevados índices de crescimento econômico (taxas anuais de 11% do PIB e baixo índice de inflação) – período conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”, porém com reflexos sociais negativos.

A “Nova Dependência” do capital globalizado

Com a intensificação do “capitalismo monopolista” ou “internacionalização do mercado”, segundo Cardoso e Faletto (2004: 189), tanto o fluxo de capital, quanto o controle das

⁶ Aula do Prof. Dr. Otavio Soares Dulci na disciplina Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro. Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros em 08/11/2004.

decisões econômicas e de investimentos passaram a ser de domínio das corporações estrangeiras, inclusive quanto ao destino dos lucros oriundos de transações internas que aumentavam a massa de capitais sob controle externo da economia internacional que, “depois da Segunda Guerra Mundial, expandiu-se sob a hegemonia incontestada da economia americana.”

Sob o domínio dos Estados Unidos, foi criado, em 1944, o Sistema Bretton Woods – sistema financeiro internacional composto pelos organismos multilaterais: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial -, para operacionalizarem os acordos e regras estabelecidas por seus países membros, visando à retomada do desenvolvimento econômico global. Essa dominação externa do capitalismo americano é corroborada por Cardoso e Faletto (2004) que fazem a seguinte exposição:

As vantagens relativas da economia americana eram irrecusáveis; o predomínio político-militar dos EUA tornou-se visível com a supremacia atômica; a capacidade tecnológica e a introdução crescente no mercado de novos produtos de difícil competitividade reforçavam a vantagem inicial e davam aos EUA condição de liderança inequívoca no mundo capitalista. O valor do dólar e sua transformação em moeda de reserva espelhavam esta realidade. Os acordos financeiros mundiais posteriores à guerra, especialmente o Acordo de Bretton Woods e o controle do comércio mundial, codificado pelos acordos de tarifa da conferência mundial sobre este assunto [Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio] o (GATT), bem como o estabelecimento de um mecanismo mundial de controle monetário (o Fundo Monetário Internacional), ambos sob o domínio político americano, davam a este país o controle da economia mundial. (Cardoso e Faletto, 2004: 189)

Dessa forma, com a crescente participação do capital internacional no mercado interno brasileiro acentuou-se o grau de dependência e vulnerabilidade às crises externas como, por exemplo, a crise internacional do petróleo, em 1973, que afetou o capitalismo monopolista em nível mundial. Mesmo assim, o governo militar brasileiro não adotou uma política econômica e fiscal compatível com a conjuntura internacional negativa. A análise econômica de Baer (2002), para o período de 1973-1985, revela que:

No Brasil, com o choque do petróleo (...) em vez de se dedicar a um programa de ajuste de austeridade para lidar com o extraordinário declínio nas relações de troca do país, o governo optou por uma política de crescimento que resultou em importantes mudanças estruturais na economia, no ressurgimento

da inflação e na rápida expansão da dívida externa. (Baer, 2002: 108)

Além disso, com a crise do modelo Keynesiano (Welfare State) nos países centrais, as agências multilaterais de financiamento, em meados de 70, direcionaram-se para a adoção de política econômica ortodoxa, cujas exigências de controle monetário e contenção de gastos públicos aprofundaram a dependência externa dos países periféricos em relação ao capitalismo monopolista dos países centrais, especialmente a partir de 1979, após o segundo choque internacional do petróleo. Os efeitos recessivos das políticas orientadas pelos organismos multilaterais se fizeram sentir na economias periféricas, como sintetiza Neves Filho (2004):

Graças aos efeitos decorrentes das adoções de políticas domésticas comandadas e fiscalizadas pelo FMI, diversos países, desde a década de 80 do último século, se viram frente a mudanças em políticas e em suas estratégias de desenvolvimento econômico cujo resultado, em geral, foi uma queda nos índices de crescimento econômico e, em consequência destas, vários períodos de crescimento negativo e retração em seu desenvolvimento social, em particular para os países da América Latina. (Neves Filho, 2004: 2-4)

Segundo Sallum Jr (2003:37), os reflexos do “capitalismo globalizado”, ou melhor, desse processo de consolidação da dominação externa se fizeram sentir quando as agências multilaterais de financiamento promoveram - em decorrência da moratória mexicana - a “suspensão dos fluxos voluntários de empréstimos bancários para países devedores latino-americanos de 1982 até o final da década”, provocando uma profunda crise no Brasil. O governo militar brasileiro, devido à incapacidade financeira para honrar os compromissos da dívida externa, se viu na contingência de declarar a moratória ao final de 1982, assinando acordo com o FMI em 1983, obrigando-se a implementar os programas de ajustes econômicos que, em última instância, significaram sacrifícios para o setor público, burguesia nacional, classe média e, principalmente, para as classes operárias-populares.

Entretanto, mudanças substanciais se desenrolaram no decurso dos anos 80. No plano político e institucional, em nível mundial, a derrocada do socialismo no final desta década, pondo fim à Guerra Fria com a vitória dos EUA sobre a Rússia; em nível nacional, as pressões externas e internas (classes dominantes associadas à classe média e aos operários-populares) se intensificaram para o restabelecimento do regime democrático. Efetivou-se, então, a abertura política, com ampla participação das massas no movimento “pelos eleições diretas já”. Efetivou-se a transição do governo militar para um governo civil com a

eleição indireta de Tancredo Neves para a presidente. O vice José Sarney – devido a morte de Tancredo logo após ser eleito - assumiu a presidência do governo inaugurando a “Nova República” em 1985. Este período teve como clímax do processo de redemocratização a promulgação da Constituição da República em 1988, que instaurou mecanismos democráticos-participativos locais e descentralização político-administrativa, consagrando liberdades civis e direitos sociais.

Já no plano econômico foi considerada como “a década perdida”, por apresentar um grave quadro de estagnação combinada com altos e persistentes índices inflacionários indicando a decadência do modelo de industrialização por substituição e importações instaurado pela política econômica do Estado desenvolvimentista. As políticas e planos de estabilização implementados (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão) foram ineficazes decorrendo o aprofundamento do processo recessivo em ambiente de hiperinflação, com declínio do setor urbano-industrial e elevação da dívida pública. Luiz Carlos Bresser Pereira, em depoimento às cientistas do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) - Diniz, Loureiro e Gomes (1988) - descreveu o panorama brasileiro em 1987, ano em que foi Ministro da Fazenda:

No plano econômico, a primeira questão era a crise financeira e econômica aguda (...) Celso Furtado e Olavo Setúbal me disseram que o Brasil não tinha uma crise daquela pelo menos desde 1931.(...) concluí que nem em 1931 a crise foi tão grave. Os salários já haviam caído mais de 20% desde novembro de 1986, a economia estava entrando em fortíssima recessão, a inflação explodia em direção à hiperinflação, as falências e concordatas batiam todos os recordes da história do País. Nunca antes tivemos tantas falências e concordatas de pequenas e médias empresas, exatamente as que mais haviam se endividado, investindo durante o Plano Cruzado. Finalmente o balanço de pagamentos estava totalmente deteriorado. O país, que tinha superávits comerciais de aproximadamente um bilhão de dólares por mês, tinha agora déficit na balança comercial. Apesar da moratória, (...) as reservas brasileiras tendiam a se esgotar rapidamente. (Diniz, Loureiro e Gomes, 1988)

Tal conjuntura, de ordem econômica, fiscal e financeira, recrudescer a situação de vulnerabilidade da economia brasileira em relação às crises das economias externas e aguçou a situação de dependência do capital externo, denotando a urgência na adoção de políticas adequadas para o fortalecimento econômico, social e político do país, de forma a estabelecer as bases necessárias para propiciar o desenvolvimento, senão com autonomia, pelo menos, com menor grau de dependência.

As reformas no estado brasileiro

Para manter o “desenvolvimento dependente-associado”, a nova dependência do capitalismo globalizado, ao final dos anos 80, levou o Estado brasileiro a aceitar as determinações do Consenso de Washington (resultante do encontro de representantes do FMI, ONU e representantes da América Latina), assumindo o compromisso de implementar um conjunto de reformas liberalizantes, como condição *sine qua non* para a renegociação da dívida externa e obtenção de empréstimos junto ao FMI e Banco Mundial, sendo que:

O núcleo duro das políticas econômicas era constituído pela desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. Dentre as regras que deveriam nortear as reformas, destacamos duas que dizem respeito à disciplina fiscal com eliminação do déficit público e a privatização de todas as empresas estatais. (Pereira e Kirschner, 2004: 3)

A implementação dessas reformas inicia-se a partir de 1990, quando Fernando Collor de Mello assume a presidência do País. Além de implementar um plano de estabilização econômica audacioso e chocante, composto de uma série de medidas drásticas - bloqueio de poupanças, congelamentos de preços e salários, eliminação de incentivos fiscais, combate à sonegação fiscal, demissão de servidores públicos e introdução de nova moeda - Collor também adota medidas de liberação do câmbio e outras ações voltadas para a abertura da economia brasileira ao capital internacional, bem como procedimentos preliminares para a privatização das empresas estatais visando à redução do Estado ao mínimo. Esse governo não obteve sucesso em suas políticas de estabilização e, acusado de corrupção foi rejeitado pelas classes dominantes, média e popular. Sob intenso movimento de protesto, o povo exigiu seu *impeachment*. Foi substituído por Itamar Franco que – tendo Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda - promoveu a estabilização econômica com o “Pano Real” e, logrando êxito no combate à inflação, deu seqüência ao programa de reformas liberalizantes e de privatização.

De acordo com Baer, (2002: 220), no primeiro período de governo, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), respaldado pelo sucesso do “Plano Real”, incrementou a implementação das medidas de ajuste fiscal e monetário, suportado por “empréstimos de

fontes estrangeiras e nacionais viabilizados pela introdução do Plano Real.” Nesse processo, foi amplamente apoiado pela burguesia industrial, comercial e demais setores da sociedade brasileira, especialmente a classes trabalhadoras (operárias-populares), cujos salários deixaram de ser corroídos pela inflação.

Intensificou-se a abertura da economia e as privatizações das empresas estatais. Os efeitos negativos destas privatizações se caracterizaram pelo grande número vendas, fusões e incorporações de empresas privadas provocadas pela atuação de grandes corporações estrangeiras, ou seja, as empresas multinacionais, ou, melhor dizendo, empresas transnacionais, notadamente as que utilizam tecnologias de ponta. Outrossim, evidencia Dulci (2002) que, no tocante ao conhecimento tecnológico,

(...) nos deparamos com um efeito negativo da estratégia de privatização, na medida em que favorece a desnacionalização da economia. (...) Sem dúvida, o risco de desqualificação tecnológica é um ponto chave a ser focalizado em uma análise criteriosa do modelo econômico em curso. Tem sido enfatizado pelos representantes da comunidade científica (preocupados além do mais com o corte acentuados de recursos públicos destinados à ciência e à tecnologia em virtude do ajuste fiscal), por vezes mais atentas do empresariado e até por algumas autoridades governamentais. (DULCI, 2002, p.96)

Em 1998, Diniz e Boschi (2003: 26) afirmam que foram adotadas políticas econômicas e fiscais que faziam parte do amplo programa de reestruturação financeira, administrativa e patrimonial do Estado, o qual foi acelerado e reforçado face aos desdobramentos da crise internacional – “moratória Russa” - e de um novo acordo com o FMI, “pelo qual se negociou um pacote de US\$ 41 bilhões nas vésperas da reeleição do presidente, ao lado de problemas internos relacionados às suspeitas de irregularidades no programa de privatizações”. O Programa de Estabilidade Fiscal (PEF)⁷ - colocado em curso neste ano, visando ao “equilíbrio das contas públicas”, “consolidação da estabilidade monetária” e “crescimento econômico sustentado” - era composto de medidas de curto prazo para a melhoria imediata das contas públicas e medidas de natureza estrutural e institucional para “eliminar as causas do desequilíbrio fiscal”, identificadas como sendo: o aparelho administrativo público, a previdência social privada e pública, as questões tributárias e trabalhistas, o setor de combustíveis e as questões relativas à gestão fiscal.

⁷ Mensagem nº 01, do Ministério de Orçamento e Gestão, enviada ao Congresso em jan/1999
 CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
 Ano 2, Volume 5, Dezembro 2008

Em decorrência, os dispositivos da Constituição Federal de 1988, que normatizavam a administração pública e a previdência social – garantindo direitos e benefícios sociais trabalhistas e previdenciários - foram flexibilizados (reformados) pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20. A reforma fiscal foi regulamentada pela Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que, estabelecendo normas rigorosas de finanças públicas, instituiu um novo paradigma de gestão dos recursos públicos. Tais reformas foram implementadas em consonância com a política ortodoxa do FMI e Banco Mundial, ou seja, promoção da estabilidade monetária e fiscal; esta última realizando-se, principalmente, pela contenção de gastos públicos, gerenciamento constante das receitas e controle rígido do endividamento público.

Com relação às estruturas de poder internas, nesse segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), observou-se um deslocamento das classes dominantes. A classe financeira passa a predominar sobre as demais classes (burguesia industrial e comercial). De acordo com Diniz e Boschi (2003) o consenso em torno da importância de estabilização econômica que gerou o apoio das lideranças empresariais às políticas liberais adotadas no primeiro período de governo sofreu uma ruptura porque:

(...) a idéia da estabilidade econômica [já] não bastava, seria preciso uma reorientação drástica da política econômica, tendo em vista um projeto de mais longo prazo. Abertura indiscriminada, juros altos e sobrevalorização da moeda teriam criado um ambiente muito favorável aos interesses financeiros em detrimento dos interesses industriais, privilegiando ainda o capital estrangeiro em detrimento do doméstico, o que também teve implicações negativas para o conjunto da economia ao gerar estagnação e altas taxas de desemprego.” (Diniz e Boschi, 2003: 25)

Pereira (1995) ressalta que a globalização dos mercados financeiros criou um novo tipo de dependência. Os investimentos diretos das empresas multinacionais foram substituídos por fluxos de capitais especulativos, de alta volatilidade em função das taxas de juros praticadas e do grau de risco apresentado pelos países captadores. Dessa maneira, os esforços do governo brasileiro esbarraram em nova conjuntura desfavorável: a crise Argentina em 2001, a estagnação internacional e os riscos de eleição de um governo de esquerda em 2002, afirma Mota (2003: 5), “voltaram a gerar pressões cambiais com reflexo na inflação, forçando um aperto na política monetária.” Em Sallun Jr.(2003: 48) lê-se que, apesar da nova política de câmbio flutuante adotada a partir de 1999, também “houve redução dos fluxos de investimentos externos diretos (IED) que geraram dificuldades para a rolagem da dívida

interna e externa.” Na análise desse autor, destaca-se que “uma vez mais, revelam-se a dependência externa e a fragilidade econômica do Brasil”.

Assim, vê-se que o capitalismo globalizado, ou melhor, a transnacionalização dos mercados, aliada ao fenômeno da formação dos blocos econômicos regionais, estabeleceram uma nova ordem na economia mundial, marcada pela dominação do capital internacional, refletindo a hegemonia do Grupo dos sete países com desenvolvimento capitalista mais avançado - o chamado G-7 -, o qual determina a agenda do FMI e Banco Mundial para as economias dependentes. O controle externo dessas agências multilaterais sobre as economias periféricas vem se expandindo continuamente e, na interpretação de Dulci (1999),

(...) absorvendo tais agências, na prática, margens crescentes de poder, antes privativos dos Estados soberanos. Na esfera econômico-financeira esse tipo de monitoramento se acentuou como o fenômeno genericamente designado por crise fiscal do Estado, em debate desde os anos 70. Contudo, o diagnóstico de crise do Estado – vale dizer, crise do formato do Estado prevalecente no século XX, economicamente ativo e promotor do bem-estar social – vai muito além do aspecto financeiro. O desequilíbrio fiscal, na medida em que propicia fórmulas de ajuste sob supervisão internacional, transporta os fatores de crise para outras dimensões, notadamente a da legitimidade e da governabilidade dos Estados nacionais. (Dulci, 1999: 16)

Considerações finais

Perscrutando o desenvolvimento do capitalismo globalizado das duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, observa-se que a teoria de Florestan Fernandes (1987) sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente como estratégia de dominação imperialista externa permanece na atualidade, implicando heteronomia e subordinação dos países periféricos em relação aos países centrais em estágio mais avançado do desenvolvimento. De fato não há, pois, interesse por parte dos países hegemônicos que compõem o G-7 - dos quais os Estados Unidos detém a supremacia - de que os países dependentes adquiram condições de desenvolvimento tecnológico, econômico, social, político e cultural em níveis tão elevados que lhes permitam galgar uma posição concorrente na competição pelo poder global.

Em “A Revolução Burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes (1987), descrevendo o “capitalismo monopolista”, define o que hoje se configura como realidade incontestável sobre o capitalismo globalizado:

(...) a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa da agricultura, da criação, da mineração, ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles econômicos manipulados direta ou indiretamente,⁸ a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação do plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e sociedades hospedeiras”. (Fernandes, 1987: 274)

Na contemporaneidade, a dependência é mantida e alimentada pelo capitalismo globalizado e se materializa nas reformas efetuadas no Estado, com ênfase nas políticas de estabilização monetária e ajuste fiscal. Com efeito, uma política de juros altos somada à não execução de gastos adequados em educação, saúde, saneamento básico, habitação, previdência e assistência social, assim como a não realização de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de tecnologias de ponta, fazem com que os países periféricos tenham constrangidas as suas possibilidades de ascensão à situação de países desenvolvidos social, político e economicamente.

Ao teorizar sobre a “internacionalização dos mercados e o novo caráter da dependência”, Cardoso e Faletto (2004), defendendo o “desenvolvimento dependente-associado” com a utilização de investimentos estrangeiros e, desta forma, integrando a economia dos países periféricos ao mercado internacional, por certo, assim com Fernandes (1987), também previram o que seria o fenômeno da globalização do capitalismo de países com alto desenvolvimento industrial e tecnológico no início do século XXI. E, com efeito, no confronto dos modelos e fases do desenvolvimento capitalista no Brasil, verifica-se que, com base em parâmetros unicamente endógenos, de fato houve desenvolvimento nos termos dos conceitos e teoria desenvolvida pelos autores, inclusive, no reconhecimento do desenvolvimento desigual e assimétrico inerente ao modo de produção capitalista.

Entretanto, utilizando-se parâmetros exógenos do estágio atual de desenvolvimento capitalista dos países considerados desenvolvidos, conclui-se que o fosso da desigualdade, da fragilidade, da heteronomia e dependência aprofundou-se. Por exemplo, o Brasil apresenta, na atualidade, uma das mais elevadas cargas tributárias em comparação aos países

⁸ Grifo desta autora.

desenvolvidos e, paradoxalmente, mantém um dos mais elevados Coeficiente de Gini⁹ (0,58) em comparação aos países subdesenvolvidos. O Ministério da Fazenda/Secretaria do Planejamento Econômico (2003:12) declara que “o Brasil é uma exceção à tendência internacional, onde uma alta carga tributária está associada a uma baixa desigualdade de renda”.

Paralelamente, observa-se, também, o alto grau de heteronomia que se evidencia na contradição da manutenção de políticas neoliberais pelos políticos de esquerda que ascenderam ao governo brasileiro a partir de 2003. Contradição esta, em parte decorrente da elevada dívida pública herdada do governo anterior (que de 1995 a 2003 passou de 29,35% para 58,16% do PIB) e da fragilidade econômica diante das crises internacionais, que num cenário de integração mundial, em efeito cascata, atinge as economias globalmente.

Assim, concluindo, a teoria do “desenvolvimento dependente-associado” preconizada por Cardoso e Faletto (2004) foi colocada em prática pelo próprio Cardoso (ou simplesmente FHC) no período de 1995-2002, enquanto presidente do Brasil, e, hoje, diante das pressões inerentes ao processo de globalização dos mercados, é um desafio para o governo atual a promoção e preservação de certo grau de autonomia para o Estado nacional brasileiro.

Referências Bibliográficas:

- BAER, Werner. (2002), *A economia brasileira*. Tradução de Edite Sciulli. 2 ed. verificada e atualizada, São Paulo, Nobel.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. (2004), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. (2003) “*Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RCBS/ANPOCS*, Vol. 18, nº 52, jun.
- DINIZ, Eli; LOUREIRO, Maria Rita; GOMES, Ângela de Castro. (1988), *Contra a correnteza no Ministério da Fazenda: Luiz Carlos Bresser Pereira*. Rio de Janeiro, IUPERJ. Cadernos de Conjuntura Nº 16, dez.
- DULCI, Otávio. (1999), *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG.
- DULCI, Otávio. (2002), *Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional*, in *Coleção Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, RCBS/ANPOCS, vol. 17, nº 50, out.
- FERNANDES, Florestan. (1987), *Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente*. In: *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio da Interpretação Sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

⁹ Índice de desigualdade de renda que varia de 0 a 1. Quanto maior, maior a desigualdade.

MINISTÉRIO DA FAZENDA/SPE. (2003), *Gasto Social do Governo Central: 2001-2002*. Brasília. Disponível em: www.fazenda.gov.br. Acesso em 30 mai 2004

MOTTA. J. R. S.Torres. (2005) *Avanços e retrocessos do Brasil no governo FHC. Consultoria Legislativa dos Deputados*. Brasília, Disponível: www.camara.gov.br. Acesso em 06.01.2005.

NEVES FILHO, Albério. (2004), *FMI: imediatamente antes, ao meio e depois do Consenso de Washington –crise da instituição pela crise do ideário novo liberal*. 28º Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais.

PEREIRA, Denise de Castro; KIRSHENER, Ana Maria. (2004), *As conseqüências do ideário neoliberal na siderurgia mineira: A Usiminas Privatizada*. 28º Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais.

PEREIRA, José Maria. (1995) *A globalização das economias*. Informativo CACISM.

SALLUM JR.Basílio. 92003), *Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX*. Revista Brasileira de Ciência Sociais, São Paulo, RCBS/ANPOCS, Vol. 18, nº 52, jun.